

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral Aegon realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes. Em 2018, a companhia continuará intensificando seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Investirá ainda na revisão de processos, da capacitação da força de vendas, da inclusão de novos meios de cobrança e de estratégias para aumentar retenção de clientes e sua adimplência.

Desempenho
Em 2017, apesar do momento econômico conturbado que o país atravessa, a Mongeral Aegon apresentou desempenho expressivo, tendo atingido crescimento de 6% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 10% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que foram de R\$ 1,2 bilhão e R\$ 1 bilhão, respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia. Com a finalidade da manutenção da base comparativa com períodos anteriores, caso considerássemos as receitas apuradas na SICOOB Seguradora, o total das Receitas de Prêmios e Contribuições seria de R\$ 1,4 bilhão, com crescimento de 19%.

O crescimento das receitas está de acordo com a expectativa da Administração, uma vez que, a partir de março de 2017, todos os novos negócios e renovações gerados pela parceria com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB foram implantados na SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A. Ainda conforme o planejado, em novembro de 2017, a carteira gerada pela parceria com o BANCOOB foi transferida da Mongeral Aegon para a SICOOB Seguradora. O total das Receitas de Prêmios e Contribuições apurado na SICOOB Seguradora foi de R\$ 154 milhões. Como a Mongeral Aegon não tem o controle sobre a SICOOB Seguradora, as demonstrações consolidadas não serão divulgadas.

Em 2017, a companhia alcançou ainda crescimento de 32% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais. A variação observada considera todas as vendas realizadas pela parceria com o BANCOOB, inclusive as implantadas na SICOOB Seguradora. Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 444% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 612% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro.

Em 2017, as Despesas Administrativas cresceram 4%, abaixo da evolução das Receitas de Prêmios e Contribuições e das vendas de coberturas de riscos. O aumento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia. A Mongeral Aegon intensificará o controle de despesas e a busca por maior eficiência operacional em 2018, com o objetivo de reduzir ainda mais o aumento das Despesas Administrativas. O Lucro Líquido de R\$ 26,9 milhões, 4% acima do observado em 2016, está em linha com os objetivos da Administração para o período.

Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou 2017 em R\$ 318 milhões.

Os Ativos Totais cresceram 8% atingindo R\$ 1,6 bilhão.

O capital total segurado pela companhia ultrapassou R\$ 334 bilhões, com mais de 2,2 milhões de vidas seguradas.

Realizações e ampliação dos segmentos de atuação

O ano de 2017 foi marcado por muitas conquistas. No primeiro trimestre, foram iniciadas as operações da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A em sociedade com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no

atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao SICOOB, maior sistema financeiro cooperativo do país, que possui mais de 4 milhões de associados e 2,6 mil pontos de atendimento. Em novembro de 2017, a carteira gerada pela parceria com o BANCOOB foi transferida da Mongeral Aegon para a SICOOB Seguradora. No segmento de previdência complementar para os servidores públicos, em face dos convênios com os Órgãos Oficiais, a Mongeral Aegon consolidou a sua liderança e intensificou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRES-EXE), da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) e da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG). Manteve a posição de empresa líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais.

Manteve a diversificação, expansão e a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com a Loja Online e investimentos em Marketing Direto, viabilizando opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais. Investiu em seu portfólio de produtos, mantendo mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, além de uma linha de produtos para público de alta renda (capitais de até R\$ 25 milhões), por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social.

Alcançou excelentes resultados no NPS (Net Promoter Score - ferramenta para medir a satisfação e lealdade de clientes), com avaliação dos clientes e corretores-parceiros. Conquistou o sétimo lugar entre as 40 melhores empresas para se trabalhar no Rio de Janeiro, segundo a Great Place to Work (GPTW).

Tornou-se a única empresa privada a receber o título no Programa Memória do Mundo, da UNESCO. Concluiu as obras de revitalização da Travessa Belas Artes, no entorno da sede da seguradora, no Rio de Janeiro. Em junho, a companhia inaugurou o espaço físico da Universidade Mongeral Aegon, com o objetivo de expandir ainda mais as ações de capacitação de colaboradores e parceiros.

Reforçou o seu DNA inovador ao lançar, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com o IRB BrasilRE, o Insurtech Innovation Program, com o objetivo de formar profissionais que queiram transformar os mercados de seguros e resseguros por meio do desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços baseados em tecnologia.

Governança Corporativa

A Mongeral Aegon possui Diretoria específica de controles internos e compliance. A companhia reforçou os investimentos na atualização e monitoramento de sua matriz de riscos, incrementando os sistemas de monitoramento de ações de prevenção à fraude e combate à lavagem de dinheiro, assim como o monitoramento de pessoas politicamente expostas. Foram realizados treinamentos aos agentes de controles internos e compliance que atuam dentro das diversas áreas da companhia. Foi dada continuidade ao desenvolvimento de sistema para formação de banco de dados de perdas operacionais.

Todos investimentos vêm sendo realizados para o alinhamento às melhores práticas de mercado e às políticas desenvolvidas pela Aegon.

No primeiro semestre, foi constituído o Comitê de Auditoria.

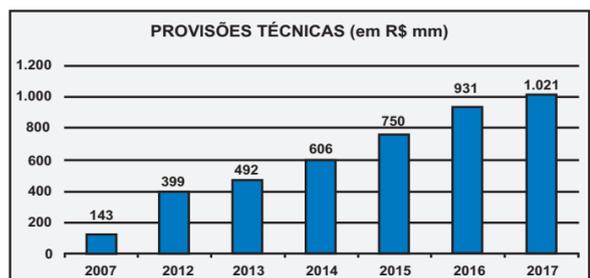
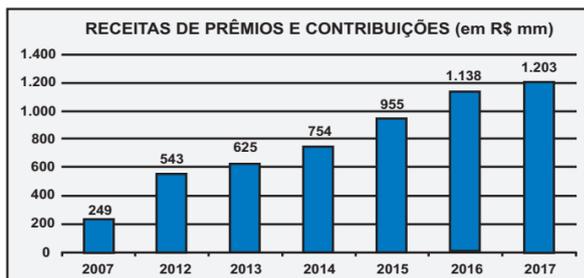
Declaração

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, a Mongeral Aegon declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Agradecimentos

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| Ativo | Nota | 2017 | 2016 | Passivo | Nota | 2017 | 2016 |
|---|--------|------------------|------------------|--|--------|------------------|------------------|
| Circulante | | 910.946 | 807.631 | Circulante | | 536.678 | 525.159 |
| Disponível | | | | Contas a pagar | | 64.838 | 52.518 |
| Caixa e bancos | | 2.197 | 3.460 | Obrigações a pagar | 14 | 38.865 | 24.756 |
| Aplicações | 7 | 671.610 | 587.064 | Impostos e encargos sociais a recolher | | 7.366 | 7.806 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 78.356 | 70.490 | Encargos trabalhistas | | 11.923 | 11.105 |
| Prêmios a receber | 9 (a) | 31.120 | 36.430 | Empréstimos e financiamentos | 19 | 3.234 | 3.706 |
| Operações com seguradoras | | 1.136 | 1.073 | Impostos e contribuições | | 3.450 | 5.145 |
| Operações com resseguradoras | 9 (c) | 39.208 | 31.795 | Débitos de operações com seguros e resseguros | | 48.292 | 46.190 |
| Outros créditos operacionais | | 6.892 | 1.192 | Prêmios a restituir | | 3 | 4 |
| Créditos das operações com previdência complementar | | 59.639 | 55.627 | Operações com seguradoras | | 313 | 173 |
| Valores a receber | 9 (b) | 46.753 | 40.171 | Operações com resseguradoras | | 40.726 | 35.937 |
| Créditos de resseguros | 9 (c) | 11.241 | 13.657 | Corretores de seguros e resseguros | | 7.235 | 9.957 |
| Operações com repasses | | 1.645 | 1.799 | Outros débitos operacionais | | 15 | 119 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | | 41.331 | 40.321 | Débitos de operações com previdência complementar | | 31.698 | 39.204 |
| Seguros | 17 (a) | 26.148 | 26.786 | Débitos de resseguros | 15 | 26.373 | 28.743 |
| Previdência | | 15.183 | 13.535 | Operações de repasses | | 390 | 833 |
| Títulos e créditos a receber | | 18.323 | 17.891 | Outros débitos operacionais | | 4.935 | 9.628 |
| Títulos e créditos a receber | | 1.005 | 674 | Depósitos de terceiros | | 8.501 | 9.621 |
| Créditos tributários e previdenciários | 22 (b) | 9.576 | 6.982 | Provisões técnicas - seguros | 17 | 290.762 | 292.078 |
| Outros créditos | | | | Danos | | 91.670 | 70.004 |
| Adiantamentos a funcionários | | 6.624 | 9.020 | Pessoas | | 123.368 | 161.933 |
| Adiantamentos administrativos | | 647 | 737 | Vida individual | | 74.573 | 59.212 |
| Outros | | 471 | 478 | Vida com cobertura por sobrevivência | | 1.151 | 929 |
| Outros valores e bens | | 1.570 | 756 | Provisões técnicas - previdência complementar | 16 (a) | 92.587 | 85.548 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | | 671 | 53 | Planos bloqueados | | 756 | 631 |
| Despesas antecipadas | | 8.895 | 6.367 | Planos não bloqueados | | 90.773 | 83.981 |
| Custos de aquisição diferidos | | 28.354 | 25.602 | PGBL/PRGP | | 1.058 | 936 |
| Seguros | 17 (c) | 21.861 | 19.754 | Não circulante | | 756.955 | 666.590 |
| Previdência | 16 (b) | 6.493 | 5.848 | Contas a pagar | | 9.483 | 11.731 |
| Não circulante | | 701.073 | 682.057 | Obrigações a pagar | 14 | 667 | 579 |
| Realizável a longo prazo | | 509.802 | 484.322 | Tributos diferidos | 22 (b) | 5.097 | 4.966 |
| Aplicações | 7 | 398.088 | 372.918 | Empréstimos e financiamentos | 19 | 3.719 | 6.186 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | | 12.817 | 10.458 | Débitos de operações com previdência complementar | | 29.104 | 32.885 |
| Seguros | 17 (a) | 10.035 | 8.242 | Débitos de resseguros | 15 (a) | 29.104 | 32.885 |
| Previdência | | 2.782 | 2.216 | Provisões técnicas - seguros | 17 | 361.856 | 283.536 |
| Títulos e créditos a receber | | 66.430 | 62.893 | Danos | | 11.060 | 13.659 |
| Créditos tributários e previdenciários | 22 (b) | 44.931 | 42.640 | Pessoas | | 24.761 | 20.677 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 20 (c) | 21.499 | 20.253 | Vida individual | | 97.953 | 60.148 |
| Outros valores e bens | | 32 | 31 | Vida com cobertura por sobrevivência | | 228.082 | 189.052 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | | 197 | 82 | Provisões técnicas - previdência complementar | 16 (a) | 329.786 | 321.040 |
| Despesas antecipadas | | 3.660 | 2.647 | Planos bloqueados | | 52 | 147 |
| Custos de aquisição diferidos | | 28.578 | 35.293 | Planos não bloqueados | | 153.773 | 166.907 |
| Seguros | 17 (c) | 19.322 | 27.718 | PGBL/PRGP | | 175.961 | 153.986 |
| Previdência | 16 (b) | 9.256 | 7.575 | Outros débitos | | 26.726 | 17.398 |
| Investimentos | | 39.011 | 37.371 | Provisões judiciais | 20 | 10.001 | 8.871 |
| Participações societárias | 11 | 22.156 | 20.516 | Outras Provisões | | 16.725 | 8.527 |
| Imóveis destinados à renda | 10 | 16.855 | 16.855 | Patrimônio líquido | 21 | 318.386 | 297.939 |
| Imobilizado | 12 | 58.551 | 58.626 | Capital social | | 130.939 | 119.188 |
| Imóveis de uso próprio | | 21.086 | 21.159 | Reservas de capital | | 35.815 | 35.815 |
| Bens móveis | | 20.322 | 22.135 | Reserva de reavaliação | | 1.889 | 1.965 |
| Outras imobilizações | | 17.143 | 15.332 | Reservas de lucros | | 151.513 | 142.691 |
| Intangível | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | (1.770) | (1.720) |
| Outros intangíveis | 13 | 93.709 | 101.738 | Lucros acumulados | | - | - |
| Total do ativo | | 1.612.019 | 1.489.688 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.612.019 | 1.489.688 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| | Nota | 2017 | 2016 |
|---|--------|------------|------------|
| Prêmios emitidos | 6 (a) | 760.191 | 708.728 |
| Contribuições para cobertura de riscos | | 385.804 | 376.429 |
| Variação das provisões técnicas de prêmios | | (72.121) | (110.842) |
| Prêmios ganhos | | 1.073.874 | 974.315 |
| Sinistros ocorridos | 23 (a) | (366.360) | (335.636) |
| Custos de aquisição | 23 (d) | (150.905) | (149.547) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 23 (c) | (6.218) | (6.635) |
| Resultado com operações de resseguro | 23 (b) | (10.902) | (358) |
| | | (534.385) | (492.176) |
| Rendidas de contribuições e prêmios | | 56.956 | 52.386 |
| Constituição da provisão de benefícios a conceder | | (51.342) | (41.459) |
| Receitas de contribuições e prêmios de VGBL | | 5.614 | 10.927 |
| Rendidas com taxas de gestão e outras taxas | | 3.963 | 3.767 |
| Variação de outras provisões técnicas | | (21.220) | (18.278) |
| Custos de aquisição | 23 (d) | (140.592) | (116.727) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 23 (e) | (14.387) | (27.816) |
| | | (172.236) | (159.054) |
| Despesas administrativas | 23 (f) | (289.997) | (277.611) |
| Despesas com tributos | 23 (g) | (36.104) | (32.899) |
| Resultado financeiro | 23 (h) | 38.099 | 42.861 |
| Resultado patrimonial | 23 (i) | 2.127 | 76 |
| | | (285.875) | (267.573) |
| Resultado operacional | | 86.992 | 66.439 |
| Perdas com ativos não correntes | | (17.597) | (111) |
| Resultado antes dos impostos e participações | | 69.395 | 66.328 |
| Imposto de renda | 22 (a) | (12.509) | (12.672) |
| Contribuição social | 22 (a) | (10.435) | (8.955) |
| Participação sobre o resultado | | (19.544) | (18.860) |
| Lucro líquido do exercício | | 26.907 | 25.841 |
| Quantidade de ações | | 22.656.354 | 21.806.024 |
| Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$) | 21 (d) | 1,20 | 1,18 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| | 2017 | 2016 |
|--|--------|--------|
| Lucro líquido do exercício | 26.907 | 25.841 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado | | |
| Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda | 75 | (380) |
| Efeito do imposto de renda e contribuição social | (25) | 152 |
| Resultado abrangente do exercício | 26.957 | 25.613 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 26.907 | 25.841 |
| Ajustes ao lucro líquido: | | |
| Depreciações | 8.979 | 7.685 |
| Amortizações | 6.221 | 7.898 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (2.127) | (112) |
| Reversão provisão para liquidação do capital dos associados Clube Mongeral | - | (2.600) |
| IR e CSLL diferidos | (2.136) | 21.627 |
| Participação sobre resultado | 19.544 | 18.860 |
| Baixa intangível | 22.788 | - |
| Perda por redução de valor recuperável de ativos | 5.204 | 11.643 |
| Provisões para contingências | 3.246 | 882 |
| Provisão de pro-labore parcerias | 28.125 | 12.674 |
| | 116.751 | 104.938 |
| Variações nas contas patrimoniais | | |
| Aplicações financeiras | (109.766) | (173.252) |
| Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar | (17.082) | (31.311) |
| Ativos de resseguros | | |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

| | Capital social | Aumento de capital em aprovação | Reserva de capital | Reserva de reavaliação | Reservas de lucros | | | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|--|----------------|---------------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|----------------------------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|----------------|
| | | | | | Legal | Reserva especial para dividendos | Retenção de lucros | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 119.188 | - | 35.815 | 2.043 | 6.486 | 20.132 | 90.154 | (1.492) | - | 272.326 |
| Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - | - | (228) | - | (228) |
| Realização por depreciação | - | - | - | (78) | - | - | - | - | 78 | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 25.841 | 25.841 |
| Proposta para destinação do resultado | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reserva | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | 1.293 | - | - | - | (1.293) | - |
| Reserva especial para dividendos (Nota 21 (c)) | - | - | - | - | - | 6.157 | - | - | (6.157) | - |
| Retenção de lucros (Nota 21 (c)) | - | - | - | - | - | - | 18.469 | - | (18.469) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 119.188 | - | 35.815 | 1.965 | 7.779 | 26.289 | 108.623 | (1.720) | - | 297.939 |
| Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - | - | (50) | - | (50) |
| Realização por depreciação | - | - | - | (76) | - | - | - | - | 76 | - |
| Aumento de capital em aprovação | - | 11.751 | - | - | - | - | (11.751) | - | - | - |
| Aprovação do aumento de capital pela SUSEP | 11.751 | (11.751) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | 26.907 | 26.907 |
| Proposta para destinação do resultado | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição de reserva | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | 1.345 | - | - | - | (1.345) | - |
| Dividendos obrigatórios | - | - | - | - | - | - | - | - | (6.410) | (6.410) |
| Retenção de lucros (Nota 21 (c)) | - | - | - | - | - | - | 19.228 | - | (19.228) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 130.939 | - | 35.815 | 1.889 | 9.124 | 26.289 | 116.100 | (1.770) | - | 318.386 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69.

Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.

Por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 73 do decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, c/c o artigo 5º da resolução CNSP nº 79, de 3 de setembro de 2002, e que consta o Processo Susep nº 15414.610691/2017-19 aprovou a transferência parcial da carteira de seguros de vida integrantes da carteira de planos coletivos e individuais da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. para a Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A., nos termos do contrato de cessão firmado em 26 de abril de 2017, garantindo aos segurados a preservação dos seus direitos. Como resultado, foi transferido o valor de R\$ 19.409 correspondente às operações que encontravam-se contabilizadas sob as rubricas de "Provisão de Prêmios não ganhos" – R\$ 30.069 e "Custos de Aquisição Diferidos" – R\$ 10.660.A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação (Nota 5).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

(b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias:

(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

(iii) Ativos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentados pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

(d) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

(e) Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

(i) Seguros

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 517/15, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta.

(ii) Previdência complementar

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC) e de Benefícios Concedidos (PMBCC)

Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se a aqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.

As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's).

Abaixo, segue a composição dos encargos e taxa de carregamento das modalidades de seguros e previdência:

| Pro- duto | Descrição | Taxa de Juros | Taxa de Carrega- mento % | Tábuas | Modalidade |
|--------------|------------------------|---------------------|--------------------------------|----------------------------|-------------|
| 546 | VIDA INTEIRA | 0 | 30 | CSO 58 | SEGUROS |
| 102 | PECÚLIO POR MORTE | 0 | 30 | CSO-80M | PREVIDÊNCIA |
| 103 | PECÚLIO POR INVALIDEZ | 0 | 30 | ÁLVARO VINDAS | PREVIDÊNCIA |
| 108 | PECÚLIO POR MORTE | 0 | 30 | CSO-58 | PREVIDÊNCIA |
| 581 | DIT | 0 | 42 | EXPERIÊNCIA PRÓPRIA | SEGUROS |
| 517 | PENSÃO | 4% | 30 | CSO-80 | PREVIDÊNCIA |
| 534 | PRAZO CERTO RESGATÁVEL | 4% | 19,36 | AT83 Male | SEGUROS |
| 113 | RENDA POR INVALIDEZ | 4% | 30 | ÁLVARO VINDAS / WINKLEWOSS | PREVIDÊNCIA |
| 589 | PECÚLIO POR MORTE | 0 | 5,53 | CSO80 | PREVIDÊNCIA |
| 590 | PECÚLIO POR INVALIDEZ | 0 | 30 | ÁLVARO VINDAS | PREVIDÊNCIA |

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.

• Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.

• Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)

É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.

As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A..

(f) Custos de aquisição diferidos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas

Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentados pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

(h) Imóveis destinados à renda

Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão avaliados a custo deduzidos da depreciação acumulada. O valor de mercado (nota 10) é determinado apenas para fins de divulgação.

(i) Imobilizado

Terenos e edificações compreendem os escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada, o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

| | |
|---|---------|
| Edificações | 25 anos |
| Equipamentos de informática e telecomunicação | 5 anos |
| Sistemas aplicativos | 5 anos |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10 anos |
| Veículos | 5 anos |
| Aeronave | 10 anos |

(j) Intangível

O intangível refere-se aos custos com desenvolvimento de sistemas diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela companhia cuja amortização se dará linearmente pelo prazo máximo de dez anos.

Encontra-se classificado no Intangível todos os sistemas que estão sendo desenvolvidos pela Companhia.

(k) Recuperabilidade de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.

Se, em exercício subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

(n) Passivos financeiros - financiamentos

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro.

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro.

Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações.

(o) Outros provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço.

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica “depósito judiciais e fiscais” no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira.

(p) Teste de Adequação do Passivo (TAP)

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidas das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionados (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 40% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 indicaram que as provisões constituídas nestas datas-base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora.

(q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a Conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(r) Reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre (“VGBL”) são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em nota técnica atuarial. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, seguindo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

(s) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Mongeral AEGON não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

4. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas terão aplicabilidade a períodos posteriores ao exercício em curso: CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, entretanto, para empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador. A SUSEP não se manifestou acerca do CPC 48 (IFRS 9) até o presente momento. Não são esperados efeitos relevantes na adoção dessa norma pela Seguradora.

IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente – no que não contrarie a circular SUSEP nº 561/2017 aplicam-se integralmente as disposições e critérios estabelecidos na norma. A entidade não identificou impactos para alteração dos seus registros no escopo dessa IFRS. As receitas com contratos de seguros são orientadas pela IFRS 17.

IFRS 16 – Arrendamento Mercantil – Entrará em vigor em 1º de janeiro 2019 de acordo com a definição do IASB, o contrato de arrendamento é um contrato que transfere ao cliente “locatário” o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de uma contraprestação financeira. Pela nova contabilização, todos os bens relevantes alugados deverão ser tratados como financeiros no balanço. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento.

IFRS 17 – Contrato de Seguros – Substitui o IFRS 4. Como o IFRS permitia a realização da contabilização de contratos de seguro usando normas contábeis nacionais, havia grande dificuldade para os investidores e stakeholders quanto à comparabilidade e análise das informações. Passa a vigorar em 1º de janeiro de 2021, mas é permitida a aplicação antecipada. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflete a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. A Seguradora está analisando os possíveis impactos da adoção dessa norma. A SUSEP não se manifestou sobre a adoção desse pronunciamento.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Provisões técnicas

Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco

Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos.

No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos sinistros ocorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial.

A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas.

O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência.

(b) Custos de aquisição diferidos

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados

Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral AEGON Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez.

(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cossegueros e resseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cossegueros e resseguros. Em 31 de dezembro de 2017 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(g) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(h) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

6. Gestão de risco

(a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto aos resseguradores locais: IRB-Brasil Re S.A. e Scor Brasil Resseguros S.A. e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas Reinsurance Company e Hannover Rück SE.

A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto aos resseguradores estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, 85% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.

| RESSEGURADORES POR CATEGORIA DE RISCO | | | |
|--|-----------------|---------------------------|------------------------|
| NOME RESSEGURADOR | TIPO DE ATUAÇÃO | AGÊNCIA CLASSIFICADORA | CLASSIFICAÇÃO DE RISCO |
| 3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A. | local | A. M. Best Company | A- |
| 3155-1 - SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A. | local | Standard & Poor's | BBB |
| 4149-1 - HANNOVER RÜCK SE | Admitida | A. M. Best Company | AA- |
| 4149-1 - HANNOVER RÜCK SE | Admitida | Standard & Poor's / FITCH | AA- |
| 4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY | Admitida | A. M. Best Company | A+ |
| 4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY | Admitida | Standard & Poor's / FITCH | AA- |

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha “Vida Toda” temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda.

Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras.

Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional.

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

| Ramo | 2017 | | | 2016 | | |
|--|---------------------------|--------------------------|----------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|
| | Prêmios Emitidos Líquidos | Índice de Sinistralidade | Índice de Comissio-namento | Prêmios Emitidos Líquidos | Índice de Sinistralidade | Índice de Comissio-namento |
| Acidentes pessoais coletivos | 97.708 | 22% | 17% | 78.830 | 16% | 18% |
| Acidentes pessoais individuais | 21.397 | 18% | 17% | 17.030 | 23% | 18% |
| Auxílio funeral | 19.781 | 12% | 17% | 16.503 | 14% | 18% |
| Doenças graves ou doença terminal | 16.666 | 16% | 17% | 8.643 | 40% | 18% |
| DPVAT | 34.144 | 84% | 1% | 46.828 | 85% | 1% |
| Perda de certificado de habilitação de voo | 3.787 | 54% | 17% | 3.287 | 53% | 18% |
| Dotal misto | 58.919 | 0% | 17% | 67.254 | 0% | 18% |
| Prestamista | 38.829 | 68% | 17% | 83.823 | 34% | 18% |
| Prestamista - Habitacional | - | - | - | - | - | - |
| Renda de eventos aleatórios | 129.346 | 29% | 17% | 112.621 | 29% | 18% |
| Seguro de vida produtor rural | 7.736 | 87% | 17% | 18.944 | 23% | 18% |
| Vida em grupo | 100.206 | 57% | 17% | 77.219 | 55% | 18% |
| Vida individual | 231.672 | 18% | 17% | 177.746 | 22% | 18% |
| | <u>760.191</u> | | | <u>708.728</u> | | |

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora.

Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação a taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial aumentando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observados a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias.

O quadro abaixo exhibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

| Distribuição de prêmio bruto de resseguro | | | | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Ramos | 2017 | | | | | |
| | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total Geral |
| Acidentes pessoais coletivos | 3.579 | 7.519 | 2.139 | 75.301 | 9.171 | 97.709 |
| Acidentes pessoais Individuais | 2.273 | 1.852 | 499 | 13.487 | 3.287 | 21.398 |
| Auxílio Funeral | 972 | 953 | 188 | 15.705 | 1.964 | 19.782 |
| Doenças Graves ou Doença Terminal | 1.331 | 2.004 | 1.048 | 10.777 | 1.506 | 16.666 |
| DPVAT | 3.223 | 6.234 | 1.997 | 15.955 | 6.735 | 34.144 |
| Perda de Certificado de Habilitação de Voo | 24 | 21 | 9 | 3.701 | 32 | 3.787 |
| Dotal Misto | 6.026 | 5.704 | 1.039 | 34.301 | 11.850 | 58.920 |
| Prestamista | 7 | 110 | 26 | 38.645 | 41 | 38.829 |
| Renda de eventos aleatórios | 9.970 | 26.286 | 6.938 | 65.945 | 20.207 | 129.346 |
| Seguro de Vida Produtor Rural | - | - | - | 7.735 | - | 7.735 |
| Vida em Grupo | 2.891 | 4.297 | 1.180 | 77.807 | 14.030 | 100.206 |
| Vida Individual | 24.578 | 19.160 | 3.683 | 151.456 | 32.793 | 231.670 |
| Total | <u>54.874</u> | <u>74.140</u> | <u>18.746</u> | <u>510.815</u> | <u>101.616</u> | <u>760.191</u> |

| Distribuição de prêmio líquido de resseguro | | | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| Ramos | 2017 | | | | | |
| | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total Geral |
| Acidentes pessoais coletivos | 3.524 | 7.404 | 2.106 | 74.147 | 9.030 | 96.211 |
| Acidentes pessoais Individuais | 2.079 | 1.694 | 456 | 12.335 | 3.006 | 19.570 |
| Auxílio Funeral | 972 | 953 | 188 | 15.705 | 1.964 | 19.782 |
| Doenças Graves ou Doença Terminal | 926 | 1.394 | 729 | 7.498 | 1.048 | 11.595 |
| DPVAT | 3.223 | 6.234 | 1.997 | 15.955 | 6.735 | 34.144 |
| Perda de Certificado de Habilitação de Voo | 19 | 17 | 7 | 2.943 | 25 | 3.011 |
| Dotal Misto | 6.026 | 5.704 | 1.039 | 34.301 | 11.850 | 58.920 |
| Prestamista | 7 | 110 | 26 | 37.260 | 41 | 37.444 |
| Renda de eventos aleatórios | 7.508 | 19.796 | 5.225 | 49.664 | 15.218 | 97.411 |
| Seguro de Vida Produtor Rural | - | - | - | 7.206 | - | 7.206 |
| Vida em Grupo | 2.803 | 4.167 | 1.144 | 75.440 | 13.604 | 97.158 |
| Vida Individual | 23.653 | 18.439 | 3.544 | 145.753 | 31.558 | 222.947 |
| Total | <u>50.740</u> | <u>65.912</u> | <u>16.461</u> | <u>478.207</u> | <u>94.079</u> | <u>705.399</u> |

| Distribuição de prêmio líquido de resseguro | | | | | | |
|---|--------------|----------|-------|---------|-------|-------------|
| Ramos | 2016 | | | | | |
| | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total Geral |
| Acidentes pessoais coletivos | 3.125 | 6.664 | 1.671 | 58.780 | 8.589 | 78.829 |
| Acidentes pessoais Individuais | 1.979 | 1.559 | 437 | 10.249 | 2.807 | 17.031 |
| Auxílio Funeral | 978 | 836 | 166 | 12.782 | 1.742 | 16.504 |
| Doenças Graves ou Doença Terminal | 712 | 1.113 | 680 | 5.115 | 1.024 | 8.644 |
| DPVAT | 4.433 | 8.401 | | | | |

A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que a Seguradora utiliza atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões.

O impacto da sinistralidade em 31 de dezembro de 2017 foi testado através do aumento e da redução de 1,00% e 9,00%, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

| Variáveis | Premissas | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | |
|----------------|------------------|--|-------------|--------|
| | | Bruto de Resseguro | % Resultado | % PL |
| Sinistralidade | Aumento de 1,00% | (1.629) | (6,05) | (0,50) |
| Sinistralidade | Redução de 1,00% | 1.629 | 6,05 | 0,50 |

| Variáveis | Premissas | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | |
|----------------|------------------|--|-------------|--------|
| | | Líquido de Resseguro | % Resultado | % PL |
| Sinistralidade | Aumento de 1,00% | (2.188) | (8,13) | (0,67) |
| Sinistralidade | Redução de 1,00% | 2.188 | 8,13 | 0,67 |

| Variáveis | Premissas | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | |
|----------------|------------------|--|-------------|--------|
| | | Bruto de Resseguro | % Resultado | % PL |
| Sinistralidade | Aumento de 9,60% | (8.803) | (32,72) | (2,71) |
| Sinistralidade | Redução de 9,60% | 8.803 | 32,72 | 2,71 |

| Variáveis | Premissas | Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido | | |
|----------------|-------------------|--|-------------|--------|
| | | Líquido de Resseguro | % Resultado | % PL |
| Sinistralidade | Aumento de 9,60% | (11.953) | (44,42) | (3,68) |
| Sinistralidade | Redução de 9,60 % | 11.953 | 44,42 | 3,68 |

A sensibilidade da redução e/ou aumento de 1% de taxa de juros, como também 50% em persistência, 15% de mortalidade, 20% em sobrevivência e 25% de entrada em invalidez, foi testada pela Administração. O resultado da análise não impactou no passivo, no resultado e no patrimônio líquido do exercício.

(b) Risco de mercado

Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros.

Destacam-se como principais composições na carteira da Seguradora, investimentos pré-fixados e indexados ao índice de preços IPCA e IGP-M. Vale ressaltar que os ativos marcados na curva, ou seja, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados em função das taxas acordadas quando de suas aquisições. Para os ativos marcados a mercado (MtM), a precificação se dá através da utilização de preços/estruturas de taxas de juros correntes e referenciais de mercado.

As principais ferramentas e variáveis de risco considerados na análise da carteira, é o *Value at Risk* (VaR) que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica do grupo, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio do Segurado bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões.

A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

| Grupo | Aumento de 1% na taxa | Queda de 1% na taxa |
|-------|-----------------------|---------------------|
| PRÉ | (1.738) | 1.678 |
| CDI | 27 | (27) |
| IPCA | (6.469) | 7.371 |

(c) Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*). • *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos*

Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde é priorizado os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.

O cumprimento da referida política é acompanhada pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON.

A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

| Emissor | Rating | Agência | 31 de dezembro de 2017 | 31 de dezembro de 2016 |
|---------------------|-----------|---------|------------------------|------------------------|
| AES Tietê | Aa1.br | Moody's | 4.274 | - |
| Algar Telecom | brAA- | S&P | 5.730 | - |
| Arteris | brAA- | S&P | 535 | 1.109 |
| Autovias | brAA- | S&P | - | 502 |
| Banco ABC | AA+(bra) | Fitch | 5.522 | 693 |
| Banco Alfa | AA(bra) | Fitch | 8.043 | 6.771 |
| Banco BBM | Aaa.br | Moody's | 2.833 | 5.662 |
| Banco Bradesco | AAA(bra) | Fitch | 3.299 | 5.150 |
| Banco Daycoval | AA(bra) | Fitch | 3.101 | 52 |
| Banco do Brasil | AA+(bra) | Fitch | 4.311 | 3.940 |
| Banco Fidis | AA-(bra) | Fitch | 674 | - |
| Banco GMAC | AAA(bra) | Fitch | - | - |
| Banco Industrial | AA-(bra) | Fitch | 6.382 | 5.436 |
| Banco Itaú | AAA(bra) | Fitch | 6.576 | 13.015 |
| Banco Mercantil | B3.br | Moody's | - | 4.802 |
| Banco Mercedes | AAA(bra) | Fitch | - | 282 |
| Banco Original | BBB(bra) | Fitch | - | 63 |
| Banco Paraná | AA-(bra) | Fitch | 4.777 | 4.137 |
| Banco RCI Brasil | Aaa.br | Moody's | 19 | 0 |
| Banco Safra | Aa1.br | Moody's | 6.640 | 295 |
| Banco Santander | AA+(bra) | Fitch | 2.434 | 1.138 |
| Banco Toyota | brAA- | S&P | 18 | - |
| Banco Volkswagen | brAA- | S&P | - | 604 |
| Bancoob | AA(bra) | Fitch | 13.164 | 1.691 |
| BM&F Bovespa | Aaa.br | Moody's | 1.532 | 1.667 |
| Br Malls | AA+(bra) | Fitch | - | 235 |
| Bradespar | AAA(bra) | Fitch | 313 | 7.274 |
| Caixa | AA+(bra) | Fitch | 4.790 | 2.412 |
| CCR | AA(bra) | Fitch | 3.747 | - |
| Cemig Dist | BB- (bra) | Fitch | 707 | 4.145 |
| Cemig Ger E Trans | BB- (bra) | Fitch | 83 | 960 |
| Cia Paulista Sec | brAA- | S&P | 3 | - |
| Cielo | AAA(bra) | Fitch | 939 | 2.538 |
| Comgás | AAA(bra) | Fitch | 946 | 5.157 |
| Copel | AA- (bra) | Fitch | 2.262 | 12.043 |
| CPSEC | brAA- | S&P | - | 1.758 |
| Ecorodovias | A2.br | Moody's | 812 | 6.729 |
| Estácio | brAA- | S&P | 821 | 705 |
| Intervias | Aa2.br | Moody's | 479 | 77 |
| Itausa | A1.br | Moody's | 1.017 | - |
| Localiza | AAA(bra) | Fitch | 3.887 | 1.517 |
| Lojas Americanas | AA-(bra) | Fitch | 6.652 | 1.935 |
| MRS | AAA(bra) | Fitch | 4.610 | 1.319 |
| MRV | AA-(bra) | Fitch | 30 | - |
| Multipan | AAA(bra) | Fitch | 2.681 | 1.129 |
| Natura | BrAA- | S&P | 3.345 | - |
| Petrobras | AA+(bra) | Fitch | 291 | 2.802 |
| Renner | brAAA | S&P | 546 | 2.446 |
| RGE - CPFL | AAA(bra) | Fitch | 1.042 | - |
| Rodoanel | A2.br | Moody's | - | 991 |
| Sabesp | AA(bra) | Fitch | 1.039 | 2.806 |
| Sanepar | AA(bra) | Fitch | 5.305 | 3.433 |
| Somos Educação | AA-(bra) | Fitch | 1.674 | - |
| Sonae Sierra Brasil | AA(bra) | Fitch | 709 | - |
| Telefônica | Aaa.br | Moody's | 1.705 | 663 |
| Trans Aliança | AAA(bra) | Fitch | - | 5.864 |
| Unidas | AA-(bra) | Fitch | 1.299 | 726 |
| Viaoeste | Aa1.br | Moody's | - | 205 |
| | | | <u>131.598</u> | <u>126.878</u> |

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

| Seguros | 31 de dezembro de 2017 | | |
|---|------------------------|----------------|----------------|
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Ativo | | | |
| Caixa e bancos | 1.230 | - | 1.230 |
| Aplicações | 318.495 | 222.929 | 541.424 |
| Aplicações DPVAT | 102.868 | - | 102.868 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 78.356 | - | 78.356 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas | 26.148 | 10.035 | 36.183 |
| Títulos e créditos a receber | 10.261 | 37.201 | 47.462 |
| Outros ativos | 879 | 18 | 897 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | 376 | 110 | 486 |
| Total ativo | <u>538.613</u> | <u>270.293</u> | <u>808.906</u> |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 36.309 | 5.310 | 41.619 |
| Provisões técnicas - seguros | 199.092 | 350.796 | 549.888 |
| Provisões técnicas - DPVAT | 91.670 | 11.060 | 102.730 |
| Débitos das operações com seguros | 48.292 | - | 48.292 |
| Depósitos de terceiros | 2.346 | - | 2.346 |
| Total passivo | <u>377.709</u> | <u>367.166</u> | <u>744.875</u> |

| Previdência | 31 de dezembro de 2017 | | |
|---|------------------------|----------------|----------------|
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Ativo | | | |
| Caixa e bancos | 967 | - | 967 |
| Aplicações | 250.247 | 175.159 | 425.406 |
| Créditos das operações com previdência complementar | 59.639 | - | 59.639 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas | 15.183 | 2.782 | 17.965 |
| Títulos e créditos a receber | 8.062 | 29.229 | 37.291 |
| Outros ativos | 691 | 14 | 705 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | 295 | 87 | 382 |
| Total ativo | <u>335.084</u> | <u>207.271</u> | <u>542.355</u> |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 28.529 | 4.173 | 32.702 |
| Provisões técnicas - previdência | 92.587 | 329.786 | 422.373 |
| Débitos das operações com previdência | 31.698 | 29.104 | 60.802 |
| Depósitos de terceiros | 6.155 | - | 6.155 |
| Total passivo | <u>158.969</u> | <u>363.063</u> | <u>522.032</u> |

| Seguros | 31 de dezembro de 2016 | | |
|---|------------------------|----------------|----------------|
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Ativo | | | |
| Caixa e bancos | 1.834 | - | 1.834 |
| Aplicações | 266.792 | 197.647 | 464.439 |
| Aplicações DPVAT | 83.682 | - | 83.682 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | 70.490 | - | 70.490 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas | 26.786 | 8.242 | 35.028 |
| Títulos e créditos a receber | 9.482 | 33.333 | 42.815 |
| Outros ativos | 401 | 16 | 417 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | 28 | 44 | 72 |
| Total ativo | <u>459.495</u> | <u>239.282</u> | <u>698.777</u> |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 27.834 | 6.217 | 34.051 |
| Provisões técnicas - seguros | 222.074 | 269.877 | 491.951 |
| Provisões técnicas - DPVAT | 70.004 | 13.659 | 83.663 |
| Débitos das operações com seguros | 46.190 | - | 46.190 |
| Depósitos de terceiros | 3.940 | - | 3.940 |
| Total passivo | <u>370.042</u> | <u>289.753</u> | <u>659.795</u> |

| Previdência | 31 de dezembro de 2016 | | |
|---|------------------------|----------------|----------------|
| | Até 1 ano | Acima de 1 ano | Total |
| Ativo | | | |
| Caixa e bancos | 1.626 | - | 1.626 |
| Aplicações | 236.590 | 175.271 | 411.861 |
| Créditos das operações com previdência complementar | 55.627 | - | 55.627 |
| Ativos de resseguros - provisões técnicas | 13.535 | 2.216 | 15.751 |
| Títulos e créditos a receber | 8.409 | 29.560 | 37.969 |
| Outros ativos | 355 | 15 | 370 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | 25 | 38 | 63 |
| Total ativo | <u>316.167</u> | <u>207.100</u> | <u>523.267</u> |
| Passivo | | | |
| Contas a pagar | 24.684 | 5.514 | 30.198 |
| Provisões técnicas - previdência | 85.548 | 321.040 | 406.588 |
| Débitos das operações com previdência | 39.204 | 32.885 | 72.089 |
| Depósitos de terceiros | 5.681 | - | 5.681 |
| Total passivo | <u>155.117</u> | <u>359.439</u> | <u>514.555</u> |

(e) Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

| | 31 de dezembro de 2017 | | | | 31 de dezembro de 2016 | | | |
|--|------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ativo Financeiros | 746.775 | 322.923 | 281.563 | 1.351.261 | 618.643 | 341.339 | 262.062 | 1.222.044 |
| Caixa e bancos | - | - | 2.197 | 2.197 | - | - | 3.460 | 3.460 |
| Aplicações financeiras | 746.775 | 322.923 | - | 1.069.698 | 618.643 | 341.339 | - | 959.982 |
| Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado | 297.173 | 322.923 | - | 620.096 | 230.542 | 341.339 | - | 571.881 |
| Recibo de depósitos bancários | - | 13.164 | - | 13.164 | - | 12.044 | - | 12.044 |
| Letras financeiras do tesouro | 1.021 | - | - | 1.021 | - | - | - | - |
| Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT | 102.868 | - | - | 102.868 | 83.682 | - | - | 83.682 |
| Quotas de fundos de investimentos de renda fixa | 68.526 | - | - | 68.526 | 56.129 | - | - | 56.129 |
| Quotas de fundos de investimentos multimercado | 78.411 | - | - | 78.411 | - | 68.007 | - | 68.007 |
| Quotas de fundos de investimentos de renda variável | 9.367 | - | - | 9.367 | - | - | - | - |
| Fundos Especialmente Constituídos: | | | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro | 2.035 | - | - | 2.035 | 12.494 | - | - | 12.494 |
| Notas do tesouro nacional série - B | 18.290 | - | - | 18.290 | 6.841 | - | - | 6.841 |
| Notas do tesouro nacional série - F | 7.066 | - | - | 7.066 | 6.605 | - | - | 6.605 |
| Operação compromissada | 9.772 | - | - | 9.772 | 64.945 | - | - | 64.945 |
| Outros | (183) | - | - | (183) | (154) | - | - | (154) |
| Quotas de fundos de investimento | - | 308.305 | - | 308.305 | - | 259.697 | - | 259.697 |
| Outras aplicações | - | 1.454 | - | 1.454 | - | 1.591 | - | 1.591 |
| Títulos disponíveis para venda | 1.348 | - | - | 1.348 | 1.424 | - | - | 1.424 |
| Ações de companhias de capital aberto | 1.348 | - | - | 1.348 | 1.424 | - | - | 1.424 |
| Títulos mantidos até o vencimento | 448.254 | - | - | 448.254 | 386.677 | - | - | 386.677 |
| Fundos Especialmente Constituídos: | | | | | | | | |
| Letras do Tesouro Nacional | 42.838 | - | - | 42.838 | 33.746 | - | - | 33.746 |
| Notas do Tesouro Nacional série - B | 289.531 | - | - | 289.531 | 225.854 | - | - | 225.854 |
| Notas do Tesouro Nacional série - C | 115.885 | - | - | 115.885 | 127.077 | - | - | 127.077 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | - | - | 78.356 | 78.356 | - | - | 70.490 | 70.490 |
| Créditos das operações com previdência complementar | - | - | 59.639 | 59.639 | - | - | 55.627 | 55.627 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | - | - | 54.148 | 54.148 | - | - | 50.779 | 50.779 |
| Títulos e créditos a receber | - | - | 84.753 | 84.753 | - | - | 80.784 | 80.784 |
| Outros ativos | - | - | 1.602 | 1.602 | - | - | 787 | 787 |
| Empréstimos e depósitos compulsórios | - | - | 868 | 868 | - | - | 135 | 135 |
| Passivos Financeiros | - | - | 1.260.497 | 1.260.497 | - | - | 1.174.351 | |

Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição, em quantidade de contratos, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é como segue:

| Futuro | Posição | Referência | Venci-mento | Quanti-dade | Valor de referência | 2017 | 2016 | Objetivo |
|--------|----------|--------------------------|-------------|-------------|---------------------|------|------|----------|
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/07/2020 | 25 | R\$ 100 | 25 | 0 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 04/01/2027 | 115 | R\$ 100 | 115 | 0 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2019 | 0 | R\$ 100 | 0 | 1 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2020 | 0 | R\$ 100 | 0 | 60 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2020 | 0 | R\$ 100 | 0 | 2 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 04/01/2021 | 0 | R\$ 100 | 0 | 120 | Hedge |
| IND | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/02/2018 | 30 | R\$ 100 | 30 | 0 | Hedge |
| ISP | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/03/2018 | 10 | R\$ 100 | 10 | 0 | Hedge |
| DAP | Vendido | Depósito interfinanceiro | 02/05/2019 | 5 | R\$ 100 | 5 | 0 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 02/01/2020 | 5 | R\$ 100 | 5 | 0 | Hedge |
| DAP | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/08/2022 | 8 | R\$ 100 | 8 | 0 | Hedge |
| DAP | Comprado | Depósito interfinanceiro | 03/08/2026 | 10 | R\$ 100 | 10 | 0 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2018 | 348 | R\$ 100 | 348 | 0 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 02/01/2019 | 63 | R\$ 100 | 63 | 0 | Hedge |
| DI | Vendido | Depósito interfinanceiro | 01/07/2019 | 21 | R\$ 100 | 21 | 0 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2020 | 2 | R\$ 100 | 2 | 35 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 01/07/2020 | 195 | R\$ 100 | 195 | 0 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 04/01/2021 | 39 | R\$ 100 | 39 | 39 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 03/01/2022 | 3 | R\$ 100 | 3 | 3 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2023 | 3 | R\$ 100 | 3 | 3 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2024 | 3 | R\$ 100 | 3 | 3 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2025 | 0 | R\$ 100 | 0 | 35 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2025 | 4 | R\$ 100 | 4 | 4 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 02/01/2026 | 3 | R\$ 100 | 3 | 3 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 04/01/2027 | 0 | R\$ 100 | 0 | 70 | Hedge |
| DI | Comprado | Depósito interfinanceiro | 04/01/2027 | 16 | R\$ 100 | 16 | 16 | Hedge |

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (V@R, Tracking Error e Testes de stress), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon.

(c) Movimentação das aplicações financeiras

A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

| | Títulos Privados | | Quotas de Fundos | | Títulos Públicos - | | Outras | | Total |
|--------------------|------------------|---------------|------------------|----------------|--------------------|----------|--------------|--------------|------------------|
| | Fixo e Variável | | de Investimento | | Fixo e Variável | | Aplicações | | |
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 |
| Saldo Inicial | 13.531 | 12.424 | 945.298 | 774.137 | - | - | 1.153 | 397 | 959.982 |
| Aplicações | 64.144 | 55.695 | 497.360 | 542.831 | 3.578 | - | 5.366 | 5.987 | 570.448 |
| Resgates | (63.879) | (55.592) | (481.976) | (482.449) | (2.639) | - | (5.429) | (5.239) | (553.923) |
| Rendimentos | 1.116 | 1.004 | 91.973 | 110.779 | 82 | - | 20 | 8 | 93.191 |
| Saldo Final | 14.912 | 13.531 | 1.052.655 | 945.298 | 1.021 | - | 1.110 | 1.153 | 1.069.698 |

8. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2015 e a SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------|-----------|
| Provisões técnicas - seguros e previdência | 1.074.991 | 982.202 |
| Ativos redutores da necessidade de cobertura | | |
| Provisões técnicas - resseguros | (49.147) | (46.370) |
| Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG | (3.806) | (16.808) |
| Direitos creditórios | (21.358) | (17.945) |
| Provisões técnicas - PGBl e VGBl | (308.305) | (259.698) |
| DPVAT | (102.730) | (83.663) |
| Depósitos judiciais | (2.541) | (2.640) |
| Total das reduções | (487.887) | (427.124) |
| Provisões técnicas para cobertura (líquido) | 587.104 | 555.078 |
| Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas | | |
| Quotas de fundos de investimento | 156.274 | 116.776 |
| Quotas de fundos especialmente constituídos | 485.234 | 477.408 |
| Imóveis | - | 12.518 |
| Recibo de depósitos bancários | 13.164 | 12.044 |
| Ações de companhias de capital aberto | 1.348 | 1.424 |
| | 656.020 | 620.170 |
| Suficiência | 68.916 | 65.092 |
| Capital de risco de mercado sem vigências não registradas dos fluxos | 150.652 | 151.861 |
| 20% CMR_F | 30.130 | 30.372 |
| Liquidez | 38.786 | 34.720 |

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

9. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

| Composição dos créditos das operações com seguros | 2017 | 2016 |
|---|----------|----------|
| Prêmios a receber de segurados - emitidos | 43.190 | 38.180 |
| Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro | 61 | - |
| Prêmios a receber de segurados - não emitidos | 7.104 | 11.953 |
| Total | 50.355 | 50.133 |
| Redução ao valor recuperável: | | |
| Prêmios a receber de segurados | (19.235) | (13.703) |
| Total | 31.120 | 36.430 |
| Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos | | |
| A vencer | 12.576 | 13.350 |
| De 1 a 30 dias | 12.457 | 13.160 |
| De 31 a 60 dias | 101 | 169 |
| De 61 a 365 dias | 18 | 21 |
| Vencidos | 30.614 | 24.830 |
| De 1 a 30 dias | 8.984 | 8.337 |
| De 31 a 60 dias | 4.063 | 4.117 |
| De 61 a 365 dias | 14.222 | 10.295 |
| Superior a 365 dias | 3.345 | 2.081 |
| Prêmios pendentes no final do exercício | 43.190 | 38.180 |

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------------|----------|------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (13.703) | |
| Constituições | (34.331) | |
| Valores revertidos ou baixados | 28.799 | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (19.235) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (7.918) | |
| Constituições | (23.012) | |
| Valores revertidos ou baixados | 17.227 | |
| Saldo em em 31 de dezembro de 2016 | (13.703) | |

(b) Valores a receber previdência complementar

| Composição dos créditos das operações com previdência complementar | 2017 | 2016 |
|--|----------|----------|
| Valores a receber - emitidos | 54.930 | 49.390 |
| Valores a receber - não emitidos | 4.849 | 4.135 |
| Total | 59.779 | 53.525 |
| Redução ao valor recuperável: | | |
| (-) Redução ao valor recuperável | (13.026) | (13.354) |
| Total | 46.753 | 40.171 |
| Aging de valores a receber | | |
| A vencer | 34.248 | 29.692 |
| De 1 a 30 dias | 26.803 | 25.629 |
| De 31 a 60 dias | 5.558 | 3.195 |
| De 61 a 365 dias | 1.887 | 868 |
| Vencidos | 20.682 | 19.698 |
| De 1 a 30 dias | 8.620 | 5.873 |
| De 31 a 60 dias | 3.571 | 3.978 |
| De 61 a 365 dias | 8.436 | 9.823 |
| Superior a 365 dias | 55 | 24 |
| Prêmios pendentes no final do exercício | 54.930 | 49.390 |

A movimentação da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------|----------|------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (13.354) | |
| Constituições | (25.277) | |
| Valores revertidos ou baixados | 25.605 | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (13.026) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | (7.496) | |
| Constituições | (23.830) | |
| Valores revertidos ou baixados | 17.972 | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (13.354) | |

(c) Operações com resseguradoras

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------------|---------|--------|
| Comissão | 21.160 | 9.042 |
| Custos | 2.910 | 660 |
| Pro Labore | (1.978) | 533 |
| Sinistros | 17.116 | 21.560 |
| Crédito das operações seguros | 39.208 | 31.795 |
| Comissão | 10 | 47 |
| Pro Labore | 5.797 | 4.079 |
| Sinistros | 5.434 | 9.531 |
| Créditos das operações previdência | 11.241 | 13.657 |

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadações em relação ao montante de emissões nos últimos anos.

10 . Imóveis destinados a renda

Em 31 de dezembro de 2017, o imóvel da Companhia destinado a renda está apresentado a seguir:

| | Custo | Reavaliação | Total | Valor de mercado |
|----------------------------------|--------|-------------|--------|------------------|
| Terenos destinados à renda | | | | |
| Residencial Farol de Santa Marta | 16.590 | 265 | 16.855 | 25.346 |

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28.

11. Participações societárias

(a) Movimentação dos investimentos

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| Posição Inicial | 20.516 | 363 |
| Aumento de capital | - | 20.000 |
| Lucro por equivalência Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A | 2.127 | - |
| Aumento participação Securadora Líder - DPVAT | 45 | 41 |
| Dividendos a receber | (532) | - |
| Posição final | 22.156 | 20.516 |

Em 27 de abril de 2016, a companhia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A depositou no Banco do Brasil o valor de R\$ 20.000 a título de adiantamento para constituição da nova seguradora SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("SICOOB") conforme orientação SUSEP. Em outubro de 2016 foi autorizado o início das operações da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. O valor depositado para constituição foi incorporado ao patrimônio da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social.

A SICOOB cujo patrimônio líquido é de R\$ 48.671 auferiu um resultado de R\$ 10.635 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que corresponde a um resultado de equivalência patrimonial de R\$ 2.127 para a Mongeral.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de participação societária é composto por SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A no valor de R\$ 21.707 (R\$ 20.112 em 31 de dezembro de 2016), e Seguradora Líder - DPVAT no valor de R\$ 449 (R\$ 404 em 31 de dezembro de 2016).

Foram propostos dividendos a receber da SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A no valor de R\$ 532 mil para Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A, conforme já formalizado pela totalidade dos acionistas à Seguradora antes do fechamento do exercício.

(b) Participação societária

| Nome | País | Negócio | Relacionamento | Participação | 2017 |
|--|--------|-----------------------|------------------------|--------------|--------|
| Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A | Brasil | Seguros e Previdência | Controlada em conjunto | 50% | 20.000 |
| Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT | Brasil | Seguros | Coligada | 1% | 236 |

A SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S.A. é uma sociedade de capital fechado, cujo controle será exercido de forma compartilhada pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A e pelo BANCOOB Participações em Seguridade S.A ("BANCOOB"), cada qual detendo 50% do capital constituído. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Mongeral e 80% BANCOOB), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo BANCOOB. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Mongeral e 50% BANCOOB).

12. Imobilizado

| | Taxa anual de depreciação | 2016 | Aquisições | Depreciações | 2017 |
|--|---------------------------|--------|------------|--------------|--------|
| Terreno pra uso próprio | | 777 | - | - | 777 |
| Edificações | 4% | 20.382 | 967 | (1.040) | 20.309 |
| Equipamentos de informática e telecomunicações | 20% | 13.374 | 2.526 | (4.463) | 11.437 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 8.623 | 1.561 | (1.396) | 8.788 |
| Veículos | 5% | 138 | 1 | (42) | 97 |
| Outras imobilizações (*) | 10% | 15.332 | 3.849 | (2.038) | 17.143 |
| Total | | 58.626 | 8.904 | (8.979) | 58.551 |

| | Taxa anual de depreciação | 2015 | Aquisições | Depreciações | 2016 |
|--|---------------------------|--------|------------|--------------|--------|
| Terreno para uso próprio | | 777 | - | - | 777 |
| Edificações | 4% | 18.379 | 2.989 | (986) | 20.382 |
| Equipamentos de informática e telecomunicações | 20% | 13.321 | 4.833 | (4.780) | 13.374 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 7.344 | 2.163 | (884) | 8.623 |
| Veículos | 5% | 186 | 1 | (49) | 138 |
| Outras imobilizações (*) | 10% | 6.364 | 9.954 | (986) | 15.332 |
| Total | | 46.371 | 19.940 | (7.685) | 58.626 |

(*) Refere-se principalmente a aquisição de aeronave no valor de R\$ 4.338 mil.

13. Intangível

| | 2016 | Adições | Baixas | Amortizações | 2017 |
|---------------------------------|---------|---------|----------|--------------|--------|
| Desenvolvimento de software (1) | 101.681 | 20.980 | (22.788) | (6.221) | 93.652 |
| Marcas e patentes | 57 | - | - | - | 57 |
| Total | 101.738 | 20.980 | (22.788) | (6.221) | 93.709 |

| | 2015 | Adições | Baixas | Amortizações | 2016 |
|---------------------------------|--------|---------|--------|--------------|---------|
| Desenvolvimento de software (2) | 88.688 | 20.891 | - | (7.898) | 101.681 |
| Marcas e patentes | 57 | - | - | - | 57 |
| Total | 88.745 | 20.891 | - | (7.898) | 101.738 |

(1) Em 2017, a Companhia baixou R\$ 17.430 de intangíveis, líquidos de amortização, registrados na conta de perdas com ativos não correntes na demonstração do resultado. (2) Em 2016 a companhia continuou investindo no Sistema Operacional eSim, que entrou em produção em novembro de 2015, substituindo definitivamente o sistema anterior, que suportou as operações da Mongeral Aegon entre 1997 e 2015.</

| | Provisão bruta de resseguro | | (-) Parcela de resseguro | | (=) Provisão líquida | |
|--|-----------------------------|----------------|--------------------------|---------------|----------------------|----------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Vida individual e vida com cobertura de sobrevivência - VGBL | | | | | | |
| Provisão matemática de benefícios a conceder | 132.344 | 105.712 | - | - | 132.444 | 105.712 |
| Provisão de despesas relacionadas | 47 | 20 | - | - | 47 | 20 |
| Provisão de resgates e outros valores a regularizar | 650 | 503 | - | - | 650 | 503 |
| | <u>133.041</u> | <u>106.235</u> | - | - | <u>133.041</u> | <u>106.235</u> |
| Vida individual | | | | | | |
| Provisão de prêmios não ganhos | 5.454 | 4.812 | 448 | 297 | 5.006 | 4.515 |
| Sinistros ocorridos e não avisados | 14.350 | 10.819 | 4.017 | 2.494 | 10.333 | 8.325 |
| Sinistros a liquidar | 26.080 | 22.788 | 7.890 | 9.920 | 18.190 | 12.868 |
| Provisão matemática de benefícios a conceder | 96.602 | 58.736 | - | - | 96.602 | 58.736 |
| Provisão de excedente financeiro | 1.349 | 1.412 | - | - | 1.349 | 1.412 |
| Provisão de despesas relacionadas | 356 | 207 | - | - | 356 | 207 |
| Provisão de resgates e outros valores a regularizar | 3.477 | 3.448 | - | - | 3.477 | 3.448 |
| | <u>147.668</u> | <u>102.222</u> | <u>12.355</u> | <u>12.711</u> | <u>135.313</u> | <u>59.511</u> |
| Prestamista | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 3.259 | 45.456 | 26 | 11 | 3.233 | 45.445 |
| Sinistros a liquidar | 8.474 | 8.336 | 398 | 161 | 8.076 | 8.175 |
| Sinistros ocorridos e não avisados | 6.665 | 7.368 | 56 | 92 | 6.609 | 7.276 |
| Provisão despesas relacionadas | 165 | 172 | - | - | 165 | 172 |
| | <u>18.563</u> | <u>61.332</u> | <u>480</u> | <u>264</u> | <u>18.083</u> | <u>61.068</u> |
| Dotal misto | | | | | | |
| Sinistro a liquidar | 472 | 454 | 37 | 37 | 435 | 417 |
| Sinistros ocorridos e não avisados | 363 | 360 | 60 | 40 | 303 | 320 |
| Provisão matemática de benefícios a conceder | 95.738 | 83.341 | - | - | 95.738 | 83.341 |
| Provisão de excedente financeiro | 2 | - | - | - | 2 | - |
| Provisão para despesas relacionadas | 52 | 67 | - | - | 52 | 67 |
| Provisão de resgates e outros valores a regularizar | 24.423 | 16.662 | - | - | 24.423 | 16.662 |
| | <u>121.050</u> | <u>100.884</u> | <u>97</u> | <u>77</u> | <u>120.953</u> | <u>100.807</u> |
| Habitacional | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | - | - | - | 5 | - | (5) |
| Sinistros a liquidar | - | 64 | - | - | - | 64 |
| Sinistros ocorridos e não avisados | - | - | - | - | - | - |
| Provisão despesas relacionadas | - | - | - | - | - | - |
| | - | 64 | - | 5 | - | 59 |
| Auxílio funeral | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 1.139 | 1.241 | - | - | 1.139 | 1.241 |
| Sinistros a liquidar | 925 | 842 | 2 | 3 | 923 | 839 |
| Sinistros ocorridos e não avisados | 1.125 | 957 | - | 3 | 1.125 | 954 |
| Provisão de despesas relacionadas | 77 | 40 | - | - | 77 | 40 |
| Provisão matemática de benefícios a conceder | 141 | 6 | - | - | 141 | 6 |
| | <u>3.407</u> | <u>3.086</u> | <u>2</u> | <u>6</u> | <u>3.405</u> | <u>3.080</u> |
| Doenças graves ou doença terminal | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 977 | 483 | 308 | 137 | 669 | 346 |
| Sinistros a liquidar | 1.264 | 921 | 572 | 88 | 692 | 833 |
| Sinistros ocorridos e não avisados | 2.047 | 1.109 | 475 | 277 | 1.572 | 832 |
| Provisão de despesas relacionadas | 19 | 11 | - | - | 19 | 11 |
| | <u>4.307</u> | <u>2.524</u> | <u>1.355</u> | <u>502</u> | <u>2.952</u> | <u>2.022</u> |
| Prestamista Rural | | | | | | |
| Provisões de prêmios não ganhos | 33 | 9.514 | 13 | 13 | 20 | 9.501 |
| Sinistros a liquidar | 938 | 1.022 | 5 | - | 933 | 1.022 |
| Sinistros ocorridos e não avisados | 1.709 | 1.620 | 15 | 21 | 1.694 | 1.599 |
| Provisão de despesas relacionadas | 23 | 21 | - | - | 23 | 21 |
| | <u>2.703</u> | <u>12.177</u> | <u>33</u> | <u>34</u> | <u>2.670</u> | <u>12.143</u> |
| Total | <u>652.618</u> | <u>575.614</u> | <u>36.183</u> | <u>35.028</u> | <u>616.435</u> | <u>540.586</u> |
| Circulante | 290.762 | 292.078 | 26.148 | 26.786 | 264.614 | 265.292 |
| Não circulante | <u>361.856</u> | <u>283.536</u> | <u>10.035</u> | <u>8.242</u> | <u>351.821</u> | <u>275.294</u> |

(b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas

| | 2016 | Consti-tuições | (-) Rever-sões/baixas | Encargos financeiros | 2017 |
|---|----------------|----------------|-----------------------|----------------------|----------------|
| Provisão bruta | | | | | |
| PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos | 75.541 | 4.383 | (55.040) | - | 24.884 |
| PDR - Provisão de Despesas Relacionadas | 1.790 | 743 | (497) | - | 2.036 |
| PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar | 102.674 | 332.502 | (327.996) | 1.497 | 108.677 |
| IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados | 125.582 | 35.637 | - | - | 161.219 |
| PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder | 247.992 | 99.771 | (42.892) | 21.009 | 325.880 |
| PEF - Provisão de Excedente Financeiro | 1.414 | 36 | (139) | 44 | 1.355 |
| ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar | 20.621 | 13.022 | (5.076) | - | 28.567 |
| | <u>575.614</u> | <u>486.094</u> | <u>(431.640)</u> | <u>22.550</u> | <u>652.618</u> |
| Provisão bruta | | | | | |
| PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos | 47.505 | 28.753 | (717) | - | 75.541 |
| PDR - Provisão de Despesas Relacionadas | 1.044 | 1.018 | (272) | - | 1.790 |
| PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar | 78.220 | 240.091 | (216.231) | 594 | 102.674 |
| IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados | 83.182 | 48.313 | (5.913) | - | 125.582 |
| PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder | 197.762 | 70.983 | (51.088) | 30.335 | 247.992 |
| PEF - Provisão de Excedente Financeiro | 1.331 | 63 | (90) | 110 | 1.414 |
| ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar | 14.319 | 7.552 | (1.250) | - | 20.621 |
| | <u>423.363</u> | <u>396.773</u> | <u>(275.561)</u> | <u>31.039</u> | <u>575.614</u> |

(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

| | 2017 | 2016 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo no início do exercício | | <u>47.472</u> |
| Constituições | 57.941 | 34.931 |
| Apropriações | (64.230) | (30.007) |
| Saldo no final do exercício | <u>41.183</u> | <u>47.472</u> |
| Circulante | 21.861 | 19.754 |
| Não Circulante | <u>19.322</u> | <u>27.718</u> |

18. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue:

A primeira tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada período de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício. A segunda mostra o desenvolvimento dos pagamentos.

| Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm + jud) - pecúlio Prev e VI | | | | | | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Ano de ocorrência | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Estimativa no ano | 54.528 | 70.209 | 76.266 | 87.430 | 93.373 | 97.928 | 128.724 | 132.819 | - |
| Estimativa um ano após | 53.212 | 68.254 | 72.123 | 85.429 | 86.394 | 93.265 | 122.212 | - | - |
| Estimativa dois anos após | 54.271 | 67.956 | 72.494 | 86.597 | 87.167 | 92.460 | - | - | - |
| Estimativa três anos após | 55.980 | 69.466 | 72.769 | 86.808 | 87.971 | - | - | - | - |
| Estimativa quatro anos após | 56.519 | 70.177 | 74.136 | 86.165 | - | - | - | - | - |
| Estimativa cinco anos após | 56.708 | 70.316 | 73.735 | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa seis anos após | 57.178 | 70.552 | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa sete anos após | 58.459 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa atual de sinistros incorridos | <u>58.459</u> | <u>70.552</u> | <u>73.735</u> | <u>86.165</u> | <u>87.971</u> | <u>92.460</u> | <u>122.212</u> | <u>132.819</u> | <u>724.373</u> |

| Triângulo de Pagamentos | | | | | | | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| Ano de ocorrência | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Estimativa no ano | (40.657) | (49.473) | (50.967) | (62.593) | (62.893) | (67.741) | (87.026) | (85.725) | - |
| Estimativa um ano após | (51.991) | (64.593) | (66.554) | (81.753) | (81.758) | (86.429) | (114.287) | - | - |
| Estimativa dois anos após | (52.836) | (65.171) | (67.347) | (83.620) | (82.659) | (88.322) | - | - | - |
| Estimativa três anos após | (53.412) | (66.425) | (68.025) | (83.973) | (84.756) | - | - | - | - |
| Estimativa quatro anos após | (54.770) | (66.548) | (69.374) | (84.072) | - | - | - | - | - |
| Estimativa cinco anos após | (55.074) | (66.740) | (69.779) | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa seis anos após | (55.080) | (67.411) | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa sete anos após | (55.201) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa atual de sinistros incorridos | <u>(55.201)</u> | <u>(67.411)</u> | <u>(69.779)</u> | <u>(84.072)</u> | <u>(84.756)</u> | <u>(88.322)</u> | <u>(114.287)</u> | <u>(85.725)</u> | <u>(649.554)</u> |
| Estimativa atual de suficiência | 3.257 | 3.141 | 3.956 | 2.093 | 3.216 | 4.137 | 7.925 | 47.094 | 74.819 |

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro. A informação de resseguro foi incorporada ao quadro estatístico de Previdência e Vida Individual apenas a partir de 2014, por este motivo utilizamos os valores brutos de resseguro.

O resultado encontrado este ano segue o padrão dos anos anteriores, demonstrando consistência nos dados e na análise. O sinistro tem apresentado um crescimento gradativo a cada ano, com destaque para 2011, 2013 e principalmente para 2016, onde houve crescimento superior a 30% em relação a 2015 para os sinistros avisados dentro do mesmo ano.

Aproximadamente 60% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos. A cauda corresponde aos sinistros judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

| Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm + jud) - Seguros | | | | | | | | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Ano de ocorrência | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Estimativa no ano | 33.035 | 35.942 | 39.578 | 55.301 | 73.264 | 100.082 | 137.000 | 167.629 | - |
| Estimativa um ano após | 33.546 | 36.867 | 39.425 | 56.184 | 72.024 | 97.487 | 132.507 | - | - |
| Estimativa dois anos após | 33.869 | 37.138 | 39.468 | 56.521 | 71.717 | 98.099 | - | - | - |
| Estimativa três anos após | 34.298 | 37.001 | 39.346 | 55.797 | 70.803 | - | - | - | - |
| Estimativa quatro anos após | 33.503 | 37.556 | 39.520 | 54.929 | - | - | - | - | - |
| Estimativa cinco anos após | 33.774 | 37.500 | 39.026 | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa seis anos após | 33.883 | 37.804 | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa sete anos após | 34.199 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa atual de sinistros incorridos | <u>34.199</u> | <u>37.804</u> | <u>39.026</u> | <u>54.929</u> | <u>70.803</u> | <u>98.099</u> | <u>132.507</u> | <u>167.629</u> | <u>634.995</u> |

| Triângulo de Pagamentos | | | | | | | | | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| Ano de ocorrência | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Total |
| Estimativa no ano | (20.082) | (22.554) | (23.421) | (33.459) | (43.538) | (56.080) | (75.983) | (94.202) | - |
| Estimativa um ano após | (30.464) | (33.315) | (35.596) | (51.123) | (65.164) | (85.935) | (120.878) | - | - |
| Estimativa dois anos após | (31.511) | (34.678) | (36.837) | (52.224) | (66.765) | (90.601) | - | - | - |
| Estimativa três anos após | (31.802) | (35.236) | (37.246) | (53.102) | (67.462) | - | - | - | - |
| Estimativa quatro anos após | (32.144) | (35.533) | (37.400) | (53.579) | - | - | - | - | - |
| Estimativa cinco anos após | (32.193) | (35.994) | (37.677) | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa seis anos após | (32.640) | (36.468) | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa sete anos após | (33.195) | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Estimativa atual de sinistros incorridos | <u>(33.195)</u> | <u>(36.468)</u> | <u>(37.677)</u> | <u>(53.579)</u> | <u>(67.462)</u> | <u>(90.601)</u> | <u>(120.878)</u> | <u>(94.202)</u> | <u>(534.063)</u> |
| Estimativa atual de suficiência | 1.005 | 1.335 | 1.348 | 1.349 | 3.340 | 7.498 | 11.629 | 73.427 | 100.932 |

Para os estudos referentes a Seguros foram utilizados os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e resseguro, com o IBNR judicial começando a ser constituído em meados de 2010.

Mais de 70% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício.

19. Empréstimos e financiamentos

| | 31 de dezembro de 2017 | | | | 31 de dezembro de 2016 | | | | Taxa | Vencimento |
|---------------|------------------------|-------------|-------------|-------|------------------------|-------------|-------------|-------|------|------------|
| | Valor do contrato | Curto prazo | Longo prazo | Total | Valor do contrato | Curto prazo | Longo prazo | Total | | |
| Bradesco S.A. | 24 | 1.018 | 439 | 304 | 743 | 1.530 | 504 | 76 | 580 | 1 |

22. Imposto de renda e contribuição social

(a) Encargos com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| | IRPJ/CSLL | IRPJ/CSLL |
| Resultado antes dos impostos e participações | 69.395 | 66.328 |
| Participação nos lucros | (19.544) | (18.860) |
| Base de cálculo | 49.851 | 47.468 |
| Alíquota nominal | 45% | 45% |
| Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal | 22.433 | 21.361 |
| Diferenças permanentes | 511 | 266 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado | 22.944 | 21.627 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 25.080 | 25.851 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (2.136) | (4.224) |
| Total | 22.944 | 21.627 |

(b) Créditos tributários e provisão para tributos

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Ativo – créditos tributários e previdenciários | | |
| Circulante | | |
| Créditos tributários | | |
| Antecipações | 6.089 | 4.125 |
| Outros impostos a compensar | 3.487 | 2.857 |
| Total | 9.576 | 6.982 |
| Não circulante | | |
| Benefício fiscal gerado pela incorporação (*) | 17.683 | 22.552 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*) | 27.248 | 20.088 |
| Total | 44.931 | 42.640 |
| Passivo - provisão para tributos diferidos | | |
| Não circulante | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*) | 5.097 | 4.966 |
| Total | 5.097 | 4.966 |

(*) Lei nº 13.169/2015 - Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº. 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas. Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%. Os créditos tributários foram constituídos considerando a alíquota em vigor na época prevista para a realização do ativo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se, principalmente, a provisão para redução do valor recuperável de prêmios e valores a receber, provisão para contingências e provisão para pagamento de pro-labore a parceiros. A realização de créditos diferidos ocorrerá conforme a realização das provisões. O benefício fiscal gerado pela incorporação será realizado até 2021.

23. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado - (a) Sinistros ocorridos

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Indenizações avisadas | (197.431) | (162.739) |
| Indenizações DPVAT | (20.093) | (18.549) |
| Despesas com sinistros | (8.863) | (8.086) |
| Despesas com benefícios/Planos de pecúlio | (126.621) | (114.232) |
| Recuperação de sinistros | (4) | (10) |
| Variação de sinistros ocorridos mas não avisados | (12.903) | (26.474) |
| Variação de eventos ocorridos mas não avisados | (359) | (5.422) |
| Variação de despesas relacionadas do IBNR | (86) | (124) |
| Total | (366.360) | (335.636) |
| | 2017 | 2016 |
| Repassse | (100.085) | (86.702) |
| Recuperação de sinistros | 89.183 | 86.344 |
| Total | (10.902) | (358) |

(c) Outras receitas e despesas operacionais - seguros

| | 2017 | 2016 |
|---|----------------|----------------|
| Receita com emissão de apólice | 3.024 | 2.771 |
| Despesas com cobrança | (2.988) | (2.783) |
| Despesas com administração apólice/contrato | - | 2.564 |
| Consortio DPVAT | (716) | (906) |
| Provisão para risco de créditos duvidosos | (5.532) | (5.785) |
| Despesa de incentivo a produção | - | (1.395) |
| Outras | (6) | (1.101) |
| Total | (6.218) | (6.635) |

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Despesas de corretagem e agenciamento | (164.862) | (163.265) |
| Despesas de custeamento de vendas | (13.506) | (12.258) |
| Despesas com serviços técnicos | (1.104) | (1.860) |
| Consultoria comercial | (52.461) | (43.402) |
| Campanha de venda | (7.479) | (6.887) |
| Marketing | (38.364) | (27.153) |
| Transporte de malotes | (2.771) | (2.325) |
| Treinamento e desenvolvimento | (6.030) | (5.035) |
| Outras | (4.920) | (4.089) |
| Total | (291.497) | (266.274) |
| Seguros | (150.905) | (149.547) |
| Previdência | (140.592) | (116.727) |

(e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência

| | 2017 | 2016 |
|--|-----------------|-----------------|
| Serviço funeral | 2.225 | 2.262 |
| Receitas c/serviços de distribuição | 996 | 933 |
| Processos judiciais | (5.009) | (3.515) |
| Serviço funeral | (12.292) | (9.042) |
| Serviços assistências | (626) | 559 |
| Taxa de administração | (2.489) | (2.632) |
| Provisão para riscos sobre valores a receber | 328 | (5.858) |
| Parceria comercial (*) | (5.571) | (12.686) |
| Outras | 8.051 | 2.163 |
| Total | (14.387) | (27.816) |

(f) Despesas administrativas

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Pessoal próprio | (184.652) | (182.664) |
| Serviços de terceiros | (28.963) | (23.574) |
| Localização e funcionamento | (66.316) | (62.266) |
| Publicidade e propaganda | (3.743) | (3.268) |
| Despesas com doativos e contribuições | (2.656) | (1.934) |
| Jornais e revistas | (313) | (347) |
| Publicações | (422) | (329) |
| Multas | (227) | (273) |
| Convênio DPVAT | (2.346) | (2.216) |
| Outras | (359) | (740) |
| Total | (289.997) | (277.611) |

(g) Despesas com tributos

| | 2017 | 2016 |
|----------------------|-----------------|-----------------|
| Impostos | (1.189) | (973) |
| Contribuições (*) | (33.399) | (30.582) |
| Taxa de fiscalização | (1.417) | (1.242) |
| Outras | (99) | (102) |
| Total | (36.104) | (32.899) |

(*) Refere-se principalmente a PIS e COFINS sobre receita de prêmios emitidos.

(h) Resultado financeiro

| | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Receitas financeiras | | |
| Títulos de renda fixa | 1.212 | 1.461 |
| Receitas com fundos de investimentos | 92.464 | 111.111 |
| Outras receitas financeiras | 1.722 | 10.756 |
| Despesas financeiras | - | - |
| Despesas financeiras sobre provisões técnicas | (56.862) | (79.927) |
| Outras | (437) | (540) |
| Total | 38.099 | 42.861 |

(i) Resultado patrimonial

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------|--------------|-----------|
| Equivalência patrimonial(*) | 2.127 | 112 |
| Outras | - | (36) |
| Total | 2.127 | 76 |

(*) O resultado de equivalência patrimonial é relativo a participação na Sicoob Seguradora.

24. Aposentadorias e Pensões

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 1.756 (R\$2.863 em 31 de dezembro de 2016) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas".

Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 377 (R\$ 581 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com os requerimentos do CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

25. Transações com Partes Relacionadas

A Administração identificou, como partes relacionadas à Companhia, operações com as empresas Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda, Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda e Mongeral Aegon Holding Ltda.

A Companhia efetuou pagamentos para Mongeral Aegon Administração de Benefícios referente a serviços prestados de agenciamento que totalizaram R\$ 80. A seguradora teve o recebimento de R\$ 18 relativo a operação de seguro dos funcionários Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios e Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda.

A despesa incorrida até a data de 31 de dezembro de 2017 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$16.046 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 15.662).

| DIRETORIA | | |
|--|--|--|
| Helder Molina Diretor-Presidente | Osmar Navarini Diretor | Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068 |
| José Carlos Gomes Mota Diretor | Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor | Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/O6 |
| Nuno Pedro Correia David Diretor | Raphael de Almeida Barreto Diretor | |

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | |
|---------------------------|--|--|
| Membros titulares | Nilton Molina (Presidente) Kent Gerard Callahan (Vice-Presidente) Fernando Rodrigues Mota | Helder Molina Timothy Francis Kneeland Dennis Patrick Gallagher |
| Membros suplentes | Sara Molina | Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior |

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2017, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

| | | |
|--|--|---|
| | PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Rua do Rüssel, 804 - 22210-907 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil CNPJ 02.646.397/0004-61 - CIBA 105 | Carlos Eduardo Silva Teixeira MIBA 729 |
|--|--|---|

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

O Comitê de Auditoria da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A é órgão estatutário, instituído pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 31 de março de 2017 e no âmbito de suas atribuições, está subordinado ao Conselho de Administração e em funcionamento de acordo com a Resolução CNSP nº 321 de 15 de junho de 2015.

São atribuições do Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no cumprimento das regras estabelecidas nas disposições legais e dos normativos regulatórios vigentes, com o fim de manter a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, da qualificação dos auditores independentes, da atuação da auditoria interna, bem como das atividades de riscos e controles internos da Mongeral Aegon.

É responsabilidade da Administração da Mongeral Aegon a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e normativos regulatórios vigentes, assim como, a manutenção dos controles internos para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

As avaliações do Comitê de Auditoria fundamentaram-se nas informações recebidas da Administração da Mongeral Aegon, dos auditores independentes, da auditoria interna e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação. Desde o início de suas atividades, o Comitê de Auditoria realizou reuniões com o Diretor Presidente, Diretoria, Auditoria Independente, Auditoria Interna, Contabilidade, Ouvidoria e Jurídico. Realizou a revisão das demonstrações financeiras, notas explicativas e correspondentes relatórios dos auditores independentes, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FALSAS

Aos Administradores e Acionistas
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas falsas intencionais, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que